



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE URUGUAIANA/RS

OF. GAB.01/285/2019

Uruguaiana, 25 de junho de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA	
PROTOCOLO	
Nº <u>614/LEG</u>	<u>mf</u>
DATA: <u>27/06/19</u>	Rubrica
	HORA: <u>13:00</u>

Ao Senhor
VILSON BRITES
Vereador
Câmara Municipal de Uruguaiana
Nesta Cidade

Notícia de Fato - NF nº 1.29.011.000070/2019-83

Senhor Vereador,

Ao cumprimentá-lo, encaminho-lhe cópia do despacho exarado nos autos da Notícia de Fato em epígrafe, para ciência.

Atenciosamente,

PEDRO MARTINS COSTA JAPPUR
Procurador da República

MPF
Ministério Público Federal

PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO MUNICÍPIO
DE URUGUAIANA/RS

Rua XV de Novembro, 1998 - Uruguaiana/RS -
CEP 97501-532

(55) 3412-7000 - www.mpf.mp.br/rs -
E-mail: prrs-prm-uru@mpf.mp.br

Assinado com login e senha por PEDRO MARTINS COSTA JAPPUR, em 25/06/2019 16:32. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.br/validacaodocumento>. Chave CB6DB576.018F425A.5412044F.67D05547



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE URUGUAIANA-RS
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/URUGUAIANA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/URUGUAIANA

DESPACHO DE ARQUIVAMENTO

Notícia de Fato nº 1.29.011.000070/2019-83

Trata-se da notícia-crime nº 08436.000397/2019-40, encaminhada a este MPF pela Delegacia de Polícia Federal em Uruguaiana, em março de 2019, com parecer negativo à instauração de inquérito policial.

Autuada a partir de pedido de informações formulado por integrantes da Câmara Municipal de Uruguaiana/RS (fls. 12) acerca da existência de investigações relacionadas a desvios de verbas do Sistema Único de Saúde no hospital Santa Casa de Caridade, tal notícia-crime foi instruída, por solicitação da DPF-Uruguaiana, com o Parecer nº 66/2019-COADE/CGAUD/DENASUS/SGEP/MS, emitido pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS, fls 4-7.

Tal parecer dá conta de que entre as várias manifestações oriundas da SAS/MS, Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, nenhuma apresentou alegações a respeito de indícios de desvios de recursos no HSCC ou informações relevantes. Limitaram-se a indicar que o feito deveria ser submetido à análise do DENASUS/SGEP, com o objetivo de realizar diligências que possam avaliar o aludido na petição da Câmara Municipal do município.

Despacho do DITEG/DENASUS/SGEP/MS informa que em consulta ao Sistema de Auditoria do SUS - SISAUD/SUS, em 16/1/2019, no tocante às atividades de controle do SUS realizadas, não foi identificada a existência de atividade de controle e/ou demanda no município de Uruguaiana, contemplando especificamente o assunto abordado nos autos da Notícia-Crime.

Mencionou, ainda, que o pleito foi encaminhado à Coordenação Geral de Auditoria -

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE URUGUAIANA-RS	Rua XV De Novembro, Nº 1998, Centro - Cep 97501532 - Uruguaiana-RS Tel. (55)34127000 - Fax: - Email: Prrs-prm-uru@mpf.mp.br
--	--	---

Assinado com login e senha por PEDRO MARTINS COSTA JAPPUR, em 24/06/2019 17:56. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 503A6D57.9F9B8AD7.F011AB29.29FC8AC9



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE URUGUAIANA-RS
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/URUGUAIANA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/URUGUAIANA

CGAUD, para análise e providências decorrentes.

O Parecer ressalta, outrossim, que, em conformidade com os fatos constantes nos autos, verificou-se a possível existência de irregularidade no HSCC, bem como prejuízo social para a população pela execução de forma inadequada dos serviços prestados, conforme denunciado pela Câmara de Uruguaiana.

Por fim, foi sugerido o encaminhamento dos autos ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde, para o encaminhamento ao SEAUD/RS, com vistas a programar a realização de "Atividade de Controle" na Santa Casa de Caridade de Uruguaiana, de forma a apurar os fatos denunciados.

Desta forma, o ofício nº 36/CGAUD/DENASUS/SGEP/MS, de 6 de fevereiro de 2019, encaminhou a demanda à Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul, para conhecimento e adoção de providências (fls. 8).

Como diligência inicial, esta Procuradoria da República solicitou informações adicionais à Câmara Municipal de Uruguaiana, especialmente a respeito da efetiva instauração de CPI a respeito do assunto naquela Casa (fls. 17).

Em resposta ao ofício GAB.01/139/2019, a Casa Legislativa Uruguaiense informou que não houve a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo de apurar possíveis irregularidades ocorridas na Santa Casa de Caridade, assim como não agregou novas informações aos autos (fls. 27).

É o relatório.

O presente expediente foi inaugurado através de contato realizado por Vereadores Uruguaienses com o Departamento de Polícia Federal. Mais especificamente o Ver. Vilson Brites e a Verª Suzana Alves, de forma independente da Casa Legislativa Municipal.

MPF Ministério Público Federal	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE URUGUAIANA-RS	Rua Xv De Novembro, Nº 1998, Centro - Cep 97501532 - Uruguaiana-RS Tel. (55)34127000 - Fax: - Email:Prs-prm-uru@mpf.mp.br
--	--	---

Assinado com login e senha por PEDRO MARTINS COSTA JAPPUR, em 24/06/2019 17:56. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 503A6D57.9F9B8AD7.F011AB29.29FC8AC9



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE URUGUAIANA-RS
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/URUGUAIANA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/URUGUAIANA

Na comunicação, aventava-se a possibilidade de cometimento de utilização do HSCC em benefício particular de alguns integrantes da classe médica. Ou seja, alguns profissionais estavam utilizando as instalações e materiais do nosocômio sem o correspondente pagamento dos custos operacionais, em evidente prejuízo à coletividade. Sugeria-se, ainda, a possibilidade de furto de informações contidas na rede de computadores do hospital, desvio de recursos, atraso salarial, precariedade nos atendimentos etc.

Desta forma, como primeira providência, o DPF tomou as devidas providências e apurações necessárias para sinalizar a presença de interesse federal e demais procedimentos fiscalizatórios a serem adotados. Tratava-se da atuação dos sistemas de correição habitualmente adotados na rede do Sistema Único de Saúde.

Assim, buscando mais informações, o MPF engendrou despacho (fl. 17) endereçado à Câmara Municipal de Uruguaiana/RS e, pontualmente, aos dois Vereadores que fizeram a comunicação inicial. Em retorno, a Casa Legislativa ponderou (fl. 27) que não houve nenhuma instauração de CPI para apurar as irregularidades mencionadas no HSCC e que não possuíam conhecimento de novas informações sobre o caso.

Quanto aos Vereadores Vilson Brites e Suzana Alvez, nenhuma resposta foi obtida. Desta forma, subentende-se que a situação de irregularidades, em verdade, nunca passou de meras conjecturas e rumores levantados por estes Vereadores em função do clamor social que pairou na cidade de Uruguaiana/RS em função do *status* do hospital.

Sabe-se que entre os anos de 2017 e 2018, a situação era notória e de conhecimento geral que a instituição enfrentou a pior crise econômica já presenciada. O que vem sendo trabalhado e superado pouco a pouco desde então.

De outra banda, gize-se que a crise econômica não pode ser levantada e atribuída como causa a apenas uma só pessoa ou classe profissional. Principalmente em se tratando de acusações genéricas que não encontraram um respaldo fático na prática.

MPF Ministério Público Federal	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE URUGUAIANA-RS	Rua XV De Novembro, Nº 1998, Centro - Cep 97501532 - Uruguaiana-RS Tel. (55)34127000 - Fax: - Email:Prs-prm-uru@mpf.mp.br
--	--	---

Assinado com login e senha por PEDRO MARTINS COSTA JAPPUR, em 24/06/2019 17:56. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 503A6D57.9F9B8AD7.F011AE29.29FC8AC9



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE URUGUAIANA-RS
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/URUGUAIANA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/URUGUAIANA

Tanto que, quando os parlamentares foram procurados, permaneceram inertes e silentes. Da mesma forma, a suposta instauração de CPI nunca ocorreu para apuração da temática erigida pelos referidos, sinalizando uma falta de compromisso com a verdade dos fatos e profissionalismo.

Ainda que se tenha a árdua tarefa de representar a população, suas súplicas e demandas não podem ser encaminhadas aos órgãos de segurança pública sem qualquer comprometimento com a verdade e lançando mão de argumentos genéricos sem a devida comprovação. Ou, pelo menos, indicação de indícios mínimos e plausibilidade em seu discurso.

O Departamento Nacional de Auditoria do SUS não afastou a possibilidade de que tenha havido malversação de recursos do SUS (fl. 06). Porém, há de se salientar que a má aplicação dos recursos não se confunde com as denúncias apuradas na presente via.

Isto é, eventuais imperfeições ou falhas de gestão não se confundem com atos maliciosamente praticados em detrimento da população e com o nítido intuito de locupletamento. Tal qual uma série de atos nessa esteira foi imputada a alguns médicos que utilizavam as instalações do HSCC.

Nesse norte, o direcionamento dos questionamentos foi enviado para o Gestor de Saúde Estadual a fim de que respondesse as questões abordadas no que tange à gestão pública. O que não se confunde com o objeto deste procedimento que fora algo de imputação de uma série de irregularidades a médicos do Hospital Santa Casa de Caridade.

Por este motivo não vislumbro necessidade de tramitação do expediente tendo em vista que o setor correspondente está apurando os casos noticiados que envolvem a gestão. Em complemento, possível entender pela inviabilidade de prosseguimento das investigações das irregularidades imputadas à classe médica em razão da falta de provas ou mesmo indícios mínimos hábeis a deflagrar qualquer tipo de investigação.

Desta forma, o arquivamento é medida imperiosa por falta de utilidade/necessidade do prosseguimento do feito.

MPF Ministério Público Federal	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE URUGUAIANA-RS	Rua XV De Novembro, Nº 1998, Centro - Cep 97501532 - Uruguaiana-RS Tel. (55)34127000 - Fax: - Email:Prms-prm-uru@mpf.mp.br
--	--	--



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE URUGUAIANA-RS
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/URUGUAIANA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/URUGUAIANA

ANTE O EXPOSTO, determino o **arquivamento do feito em razão da ausência de elementos mínimos de informação** passíveis de amparar qualquer a apuração solicitada.

Pelo fato de haver comunicação assinada por dois interessados e que não representam o Poder Legislativo Municipal como um todo, entendo necessário que se proceda a notificação dos referidos acerca de decisão. Após, proceda-se o envio das razões para o Órgão de Revisão para apreciação e homologação da decisão com base no art. 4º, IV, da Resolução Nº 174/2017, do CNMP.

Uruguaiana/RS

24 de junho de 2019

PEDRO MARTINS COSTA JAPPUR
PROCURADOR DA REPUBLICA

MPF Ministério Público Federal	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE URUGUAIANA-RS	Rua XV De Novembro, Nº 1998, Centro - Cep 97501532 - Uruguaiana-RS Tel. (55)34127000 - Fax: - Email:Prs-prm-uru@mpf.mp.br
--	--	---

Assinado com login e senha por PEDRO MARTINS COSTA JAPPUR, em 24/06/2019 17:56. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 503A6D57.9F9B8AD7.F011AB29.29FC8AC9